

## Perdura o impasse

Há uma preocupação generalizada entre os constituintes com a ameaça de paralisação do processo de elaboração da nova Carta Constitucional. Já ficou evidente que, além do interesse do Governo em evitar a nova sistemática tributária e do PFL em inviabilizar a aprovação do sistema de votação em dois turnos nas eleições municipais deste ano, existe notória preocupação dos empresários com certas disposições constitucionais aprovadas no primeiro turno.

“Se esta Constituição for aprovada como está nós não a cumprimos” — este desabafo é atribuído, em Brasília, ao importante empresário siderúrgico Jorge Johanneper Gerdau, que se mostra preocupado com as repercussões, nos seus custos industriais, da redução do turno ininterrupto de trabalho de oito para seis horas. “A Constituição não pode ser inviabilizada por esse problema do turno de trabalho”, advertiu Ulysses Guimarães, em conversa com lideranças importantes da Constituinte.

Mais de 1.300 dispositivos já foram aprovados em bloco, neste segundo turno de votação, restando cerca de 680 dispositivos destacados para serem votados. Sobre este total, poderá haver consenso em torno de 600 a 630, mas certamente uns 50 terão de ser decididos no voto, face à impossibilidade de acordo. Só o Governo destacou 42 dispositivos cujos termos considera inaceitáveis. Esses interesses contrariados pelas disposições mais polêmicas é que ameaçam o País de não contar com a nova Cons-

tituição ainda este ano. “Sem acordo, não teremos Constituição tão cedo”, já advertiu o líder do PFL, deputado José Lourenço.

A corrente mais liberal da Constituinte começou a recolher assinaturas em documento no qual afirma a disposição de concluir, com brevidade, o processo constitucional, grande desejo da sociedade brasileira. Assegura, ainda, que “cotidianamente aqui estaremos para impedir que se consuma o golpe branco de, pela obstrução, impedir que o processo constituinte se encerre no decorrer desse semestre”.

O deputado Hélio Duque estava convencido, ontem, de que será possível recolher mais de trezentas assinaturas nesse documento, ao mesmo tempo em que o deputado Ulysses Guimarães está disposto a convocar sessões no decorrer da semana, inclusive aos sábados e domingos. O presidente da Constituinte é o maior interessado em fazer com que a nova Carta Constitucional seja promulgada o quanto antes — setembro ou, no máximo, em outubro.

O deputado Roberto Cardoso Alves afirma que um acordo em torno de cerca de cinco pontos abriria caminho para a agilização do processo, aí incluindo a definição de empresa nacional, a proibição para a comercialização de sangue, com exceção dos derivados, a exclusão da reforma agrária das terras produtivas (“pode desapropriar o latifúndio”) e a eliminação da preferência a empresas nacionais na aquisição, pelo Estado, de bens e serviços.